

REPRESENTANTES PRESENTES

1. SP URBANISMO – SÃO PAULO URBANISMO

Mário Reali - Representante Titular

2. SEHAB – SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Antonio Rodrigues Martins – Representante Titular

3. MOVIMENTO DEFENDA SÃO PAULO

Cibele Sampaio - Representante Suplente

4. ASSOCIAÇÃO DE REPRESENTANTES DOS MORADORES DE FAVELAS

João das Virgens da Silva – Representante Titular

5. SMDU – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Taís Jamra Tsukumo – Representante Titular

Ricardo Aguillar da Silva - Representante Suplente

6. SIURB – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA E OBRAS

Oswaldo Misso – Representante Titular

7. APEOP – Associação Paulista de Empresários de Obras Públicas

Antonio Marcos Dória Vieira – Representante Titular

8. SUBPREFEITURA DE SANTO AMARO

Carlos Henrique Nunes Cabral – Representante Titular

9. SUBPREFEITURA DO JABAQUARA

Valéria Canestri – Representante Titular

10. FAU USP – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP

Maria Lúcia Refinetti Martins – Representante Titular

11. OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

Juarez Eduardo de Andrade Fortes – Representante Suplente

12. SECOVI – Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis de São Paulo

Eduardo Della Manna – Representante Suplente

CONVIDADOS E TÉCNICOS PRESENTES

Vladimir Ávila – SP URBANISMO DGF/GOU

Rosa Maria Miraldo – SP URBANISMO-DGF

Marco Antoni Fialho - SP URBANISMO - DGF

Cristina Brito - COHAB-SP

Letícia Brandão - COHAB-SP

Jorge Cecin - SP OBRAS

Lígia Lamberti - SP OBRAS

Érika Magri - SEHAB/DEAR-SE

Sheila Mendes do Nascimento – Forum de Lideranças OUCAE

José Orlando Guedini - Visitante

Gilberto da Costa - Visitante

Às 15h20min, no auditório do 10º andar do Edifício Martinelli, **Mário Reali**, Diretor de Gestão e Finanças da São Paulo Urbanismo e representante titular desta empresa no Grupo Gestor da Operação Urbana Consorciada Água Espraiada, tendo observado a presença de membros suficientes para o início dos trabalhos, abriu a 37ª Reunião Ordinária saudando a todos os presentes e dando boas vindas aos novos representantes

nomeados pela Portaria Municipal nº 228 de 08/06/2015 para integrarem este Grupo Gestor.

Na sequência, passa a palavra a **Rosa Miraldo** para que apresente os informes atualizados relativos ao andamento das ações desta operação urbana.

Antes de iniciar a apresentação dos informes e com anuência de **Mário Reali, Rosa Miraldo** coloca em aprovação a ata da reunião anterior (36ª reunião ordinária, ocorrida em 24/02/2015). A ata é aprovada por unanimidade.

Rosa Miraldo inicia então a apresentação dos informes, com auxílio de slides que passam a ser parte integrante desta ata. A primeira informação é acerca da publicação da Portaria nº 228, retro mencionada, que traz a relação dos integrantes que passarão a compor o Grupo de Gestão da Operação Urbana Consorciada Água Espraiada. À seguir são abordados os aspectos financeiros, tanto a situação de momento dos estoques e títulos, quanto dos recursos auferidos e aplicados, incluindo gastos efetuados e recursos apartados para HIS, que representam mais de 10% dos recursos obtidos.

Com respeito à produção de unidades habitacionais, e após esclarecer que a remoção das famílias moradoras de favelas ao longo do córrego Água Espraiada acontecerá em razão das obras de prolongamento da Avenida Jornalista Roberto Marinho, como preconiza a Lei nº 13.260/2001, Rosa Miraldo informa sobre o estágio das obras de habitação de interesse social (HIS) em andamento: HIS da área 3, com 74 UH, com entrega prevista para o segundo semestre; HIS da área 18, com 102 UH, com entrega também prevista para o segundo semestre; HIS da área 46, com 262 UH, cujas obras estão em fase de fundação. Há duas obras de HIS iniciadas e paralisadas, respectivamente nas áreas 32 (24 UH - construtora Odebrecht) e 42 (44UH - Construtora Queiroz Galvão). Ainda com respeito ao andamento dos projetos, informa acerca do convênio com a COHAB relativo à produção de unidades habitacionais com suporte do programa federal Minha Casa Minha Vida.

Com respeito às obras da segunda etapa do Jardim Edite, **Antonio Rodrigues Martins** informa que o projeto executivo acaba de ser concluído e que as obras serão iniciadas no próximo mês. Estas obras estarão a cargo da construtora Kallas, a mesma que executou o Jardim Edite I. O conjunto Casimiro de Abreu, que fazia parte deste contrato com 124 UH, está em fase de revisão de projeto de modo que o número de UH pode ser aumentado. Quanto ao HIS Estevão Baião, inicialmente previsto com 200 UH passará a ter 300 UH, das quais 100 UH serão destinadas à demanda remanescente do Jardim Edite, e 200 UH para demanda oriunda da remoção decorrente das obras de prolongamento da Av. Jorn. Roberto Marinho (Setores Jabaquara e Americanópolis da OUCAE).

Rosa Miraldo prossegue a apresentação acerca da produção de HIS ressaltando que as áreas desapropriadas em 2011 (áreas 1 a 48) foram divididas em 2 grupos e inseridas no Chamamento realizado pela COHAB dentro do Programa Federal Minha Casa Minha Vida - MCMV. Nesta parceria visando a produção de unidades habitacionais, parte dos recursos investidos seriam oriundos da OUCAE (terrenos e parte do custo de produção das unidades), do Governo Estadual (Casa Paulista) e o restante do Governo Federal (MCMV). Feito o Chamamento, as empresas homologadas (Empreiteiras Cury e RGA) avaliaram

que seria possível aumentar o número de unidades inicialmente apresentado no Chamamento para as áreas indicadas. A projeção final apontada pelas empresas é de 4083 unidades habitacionais possíveis. Projeto legal está sendo preparado para ser protocolado na Secretaria de Licenciamento - SEL, para que após a aprovação possa ser enviado à Caixa Econômica Federal, para as formalizações necessárias visando o início de obras.

Outra frente de provisão de unidades habitacionais é resultante de convênio entre a SEHAB e o CDHU, que deverá resultar na entrega, pelo CDHU de 1228 UH. A participação do CDHU ocorre em razão das obras da linha 17 - Monotrilho do Metro. Como o percurso da Linha 17 deverá também impactar as favelas que serão atingidas pelas obras do prolongamento da Av. Jorn. Roberto Marinho, o Estado de São Paulo também provisionará unidades habitacionais para essa demanda através do CDHU. Os empreendimentos do CDHU que resultarão nessas unidades encontram-se em aprovação na PMSP/SEL, sendo que dois já foram deferidos (Jabaquara E e Jabaquara F).

Rosa Miraldo também esclarece que a provisão de unidades habitacionais incluirá a utilização das áreas remanescentes de desapropriação para execução do parque linear nos Setores Jabaquara e Americanópolis (a Via Parque). Trata-se de áreas não inseridas no projeto executivo da Via Parque, cuja destinação prioritária será também a produção de unidades habitacionais (indicadas no slide como áreas 49 a 59, exceto áreas 52 e 57, cujas dimensões não possibilitam aproveitamento para essa finalidade). Ressalta, ainda, que além da demanda a ser removida em razão das obras, há cerca de 2 mil famílias já removidas que estão em situação de auxílio aluguel, em sua maioria por risco (desabamento, incêndio).

Para complementar as informações acerca do Chamamento do MCMV, **Rosa Miraldo** convida a arquiteta da COHAB **Cristina Brito** para se manifestar.

Cristina Brito relata que a COHAB promoveu um chamamento empresarial para produção de unidades habitacionais nos moldes do programa MCMV, no qual saíram vencedoras as empreiteiras Cury e RGA. Estão sendo realizados os serviços preliminares, levantamentos planialtimétrico e ambiental – subsídios necessários para iniciar projetos – sendo que a previsão de encaminhamento do projeto legal à SEL é de 4 meses. Quando o projeto legal estiver aprovado, será o momento de enviá-lo à CEF, quando então será firmado o contrato no âmbito do MCMV.

As áreas inseridas no chamamento (41 áreas) foram divididas em dois lotes. Cada empresa será responsável por um lote, sendo a Cury responsável pela execução de UH em 19 áreas, e a RGA, em 22 áreas. O chamamento empresarial foi homologado em abril de 2015.

Antonio Rodrigues Martins esclarece, em relação às remoções que serão promovidas em razão das obras da Linha 17 do Metro, que aquela companhia arcará com os valores das remoções, pois há convênio estabelecido entre o Metrô e a CDHU para transferência de recursos.

Com respeito à frente de atividades na área de habitação com recursos da OUCAE, ratificando as informações prestadas por **Rosa Miraldo, Antonio Rodrigues Martins** ressalta a produção de unidades no Jardim Edite - Fase 2 e Estevão Baião; a segunda frente é a produção de unidades pela SP Obras; a terceira, a produção à partir do chamamento empresarial da COHAB nos moldes do MCMV; e a quarta frente é a participação do CDHU, cuja execução das obras dos conjuntos está na dependência da aprovação dos projetos legais junto à PMSP/SEL.

Destaca que, com respeito ao conjunto a ser produzido pelo CDHU denominado Campo Belo, há convênio assinado entre o Estado de São Paulo e a Prefeitura: pelo Estado estão CDHU e Metrô, e pela Prefeitura estão SMDU, SP Obras e SEHAB. Cada um tem suas competências. O Metrô informou que a demanda que ocupará as unidades habitacionais do conjunto Campo Belo será do Metrô e não mais oriunda do trecho da Linha 17 - Monotrilho que atinge a Via Parque, ou seja, integrante da demanda da OUCAE. **Antonio Rodrigues Martins** manifesta ao Grupo Gestor a necessidade de entrar em contato com Metrô para reivindicar o cumprimento do quanto acordado no convênio firmado entre Estado e Prefeitura.

Eduardo Della Manna sugere que seja enviado ofício em nome do Grupo Gestor manifestando apoio ao quanto proposto por **Antonio Rodrigues Martins**.

Antonio Rodrigues Martins prossegue esclarecendo que as obras do Metrô na região de Paraisópolis vão ocupar áreas que SEHAB tinha destacado para habitação. O Metrô se comprometeu a repor essas áreas; no entanto, o CDHU não tem informações sobre isso.

Rosa Miraldo propõe a elaboração de ofício a ser encaminhado em nome do Grupo Gestor, conforme sugerido por Eduardo Della Manna, esclarecendo que as obras do Metrô na região de Paraisópolis estão fora do perímetro da OUCAE.

Prosseguindo os informes relativos ao andamento das ações da OUCAE, **Rosa Miraldo** solicita a **Jorge Cecin** relato acerca das obras do Parque Chuvisco.

Jorge Cecin explica que o projeto do parque foi revisto, uma vez que a recuperação estrutural dos edifícios não seria viável. Parte do terreno será utilizada para início das obras do viaduto da Av. Lino de Moraes Leme. Atualmente as obras contemplam reforma de edificações e cercamento.

Jorge Cecin prossegue abordando também a sequência das obras a partir da Av. Lino de Moraes Leme, explicando que o prolongamento da Av. Jorn. Roberto Marinho foi dividida em 4 lotes. No Lote 1 estão as obras de HIS já mencionadas (áreas 3, 18, 46, 32, 42 e 44), e de canalização do córrego a Água Espraiada até córrego do Pinheirinho, afluente do anterior, e também a ser canalizado. Sobre a canalização será executada uma via, para que nesta etapa possa haver uma interligação com a Rua Pedro Bueno.

Mario Reali ressalta que o papel da SP Urbanismo é compatibilizar com SP Obras o avanço das obras do Lote 1 com a necessária remoção de famílias, que chegará a mais de 1000. De modo que se faz necessário acelerar a produção de HIS. É preciso liberar as

áreas onde estão as vigas que serão utilizadas no viaduto da Av. Lino de Moraes para que as UH programadas possam ser executadas. Novas frentes no parque linear demandam produção de HIS, uma vez que exigem novas remoções. A produção de HIS é também importante para diminuir o tempo que as famílias ficam no auxílio aluguel.

Abordando a importância das obras de saneamento do córrego Água Espraiada, **Mario Reali** passa a destacar a participação da SABESP em várias obras similares, em especial na implantação de coletores tronco. Explica que, em razão de obras desta natureza neste momento junto ao córrego, está sendo firmado um convênio com aquela companhia. Nos moldes que estão sendo propostos, a SP Obras realiza obras nos padrões da SABESP e a SABESP ressarcir os valores gastos. Com a ajuda de slides que passam a ser parte integrante desta ata, mostra o canal onde será implantado o coletor, explicando que no total, o pacote de obras para implantação do coletor tronco está estimado em 50 milhões. A SABESP encaminhou planilha de valores apontando R\$ 45.052.491,74.

Eduardo Della Manna pergunta como se daria a liberação de recursos.

Mario Reali responde que a prefeitura liquida as medições e a SABESP faz o ressarcimento.

Eduardo Della Manna questiona se o convênio estabelecerá o tempo para que tal ressarcimento seja feito.

Mario Reali esclarece que o texto ainda está sendo produzido, mas que a esta altura se faz necessário o aval do Grupo Gestor para que este instrumento avance. Acrescenta que, hoje, o córrego está sujo em razão do esgoto, e que as obras necessárias são coladas às obras de drenagem, de modo que os recursos aplicados seriam otimizados.

Jorge Cecin prossegue informando acerca das obras de prolongamento da Av. Chucri Zaidan - chamado Lote 5, onde prossegue a implantação do sistema binário para transpor rio Pinheiros: as pontes Itapaiúna e Laguna. Quanto ao prolongamento da Av. Chucri Zaidan propriamente dito, o avanço das obras depende diretamente das liberações das áreas em desapropriação.

Após estes informes da Av. Chucri Zaidan, **Mario Reali** retoma a questão do convênio a ser firmado com a SABESP visando as obras de implantação do coletor tronco junto ao córrego Água Espraiada, solicitando a anuência do Grupo Gestor para continuidade das tratativas que visam a elaboração deste instrumento.

Eduardo Della Manna pede a palavra antes da deliberação para ponderar que, desde meados de 2013, ele alerta que há problemas de recursos. O dimensionamento da operação urbana como um todo não previu a obra do monotrilho, destacando que o projeto era diferente: era apenas um prolongamento da Av. Jorn. Roberto Marinho, com um pequeno trecho em túnel. Com o monotrilho, a obra foi revista, com a substituição da via expressa pelo túnel. Assim, trata-se de uma obra que não foi prevista. Os recursos não foram previstos. Foi feito convênio com Metrô. A obra do Metrô tem recursos da operação. Em razão dos enormes valores de desapropriação, houve alteração dos valores previstos

das obras. Isto não estava previsto. Há gerenciamento de obras também não previsto. Essa conta não vai fechar e mais uma vez está sendo apresentado um novo convênio. A operação urbana tem perdido de goleada dos convênios. Não há ressarcimento. Não simpatizo com a ideia de um novo convênio. O Metrô faz o que bem entende. A prefeitura fez uma consulta ao colegiado da CVM (Comissão de Valores Mobiliários) se seria possível algumas alterações relacionadas ao estoque total licenciado do ponto de vista ambiental. Dos 4.850.000m² citados na lei (13.260/2001), só foram licenciados 3.750.000m². A Prefeitura perguntou à CVM acerca da possibilidade de incorporar os 1.100.000m² restantes. A CVM informou que não há problema. É preciso informar ao grupo qual o cenário para a operação; a prefeitura tem em vista a mudança da operação.

Mario Reali pondera que a Diretoria de Gestão e Finanças tem agora um viés mais voltado à compatibilização dos cronogramas das obras e recursos financeiros demandados. Há uma maior interlocução com os órgãos executores buscando a devida compatibilização. Há também um esforço para analisar a demanda de CEPACs, recursos ainda necessários, e agenda de obras visando um cenário futuro – é preciso estabelecer um equilíbrio dinâmico. Menciona o necessário ajuste no trecho viário a ser executado até o final da gestão: tendo em vista que a atual administração não fará o túnel de acesso à Rodovia dos Imigrantes, é necessário deixar uma conexão com a Av. Pedro Bueno. Também estão sendo encaminhadas consultas à CVM relativas aos regramentos pertinentes à emissão de títulos e mercado. Há um volume de área construída possível, decidido pelo EIA RIMA, ao qual poderia ser adicionado a área existente. Outra questão importante a considerar é com respeito ao Setor Jabaquara, que hoje está isolado. A execução do parque linear será um grande incentivo à mudança desta realidade. Assim, foi encaminhada consulta à SVMA para entender se é necessário um novo EIA-RIMA, de modo que se pudesse elaborar um novo projeto a partir do qual a trava que separa o estoque total da operação urbana do estoque total por setores fosse alterado; como consequência, seria feita uma revisão do cronograma de empreendimentos e uma nova realidade financeira. Uma série de empreendimentos já alterou a condição urbana. É preciso reavaliar essa condição a ser trazida para o Grupo Gestor. Equilibrar investimentos de HIS com os destinados a infraestrutura, e também repensar o número de famílias em situação de auxílio aluguel, visando a diminuição do uso deste instrumento.

Mario Reali destaca que a SP Urbanismo já informou ao Metrô que não haverá repasse dos recursos remanescentes do convênio, que será preciso rediscutir o cronograma. As obras da Linha 17 Monotrilho estão num ritmo menor.

Finalizando sua fala, **Mário Reali** esclarece que deverá ser incluída uma cláusula de ressarcimento no convênio a ser firmado com a SABESP. Pode ser discutido no Grupo Gestor o cronograma de ressarcimento. Este convênio será diferente do instrumento firmado com o Metrô a respeito da Linha 17. As obras do Lote 1 junto ao córrego estão em situação de recebimento do coletor tronco, com as valas abertas para canalização. É o momento oportuno para que se aproveite esta frente de obra.

Eduardo Della Manna indaga se seria possível o Grupo Gestor autorizar o encaminhamento e posteriormente deliberar, mediante a assinatura do convênio onde constasse em quantas parcelas o valor seria ressarcido e em quanto tempo.

Carlos Cabral lembra ao Grupo Gestor que a não instalação do coletor tronco neste momento implicaria numa instalação *a posteriori*, traria danos ao trabalho ora executado, mesmo valendo-se de um método não destrutivo. Máquinas serão necessárias. Fazer as obras concomitantemente seria fundamental, além de necessário. É obrigação da SABESP. Ela cobra usufruto de uma rede que, por sua vez, despeja os dejetos em córrego da prefeitura.

Maria Lúcia Refinetti indaga a razão pela qual o convênio com o Metrô não envolveu ressarcimento, assim como se pleiteia no caso do convênio com a SABESP. Apontando a fala de Eduardo Della Manna sobre o aumento dos gastos da operação urbana em razão dos valores das desapropriações, pergunta também se há alguma proposta de 'segurar' o valor das desapropriações a valor presente.

João das Virgens manifesta sua preocupação com a moradia. Afirma que há um gasto excessivo com os demais itens. Entende que deve haver um ressarcimento, e questiona em que prazo se dará. Questiona também o compromisso do Metrô com as famílias atingidas pelas obras da linha 17 Monotrilho. Lembra que o total de famílias a ser atendida (Setores Jabaquara/Americanópolis) é 8500, que o dinheiro está indo e as moradias não estão sendo construídas. Diz estar feliz com o fato de os conselheiros estarem preocupados com o problema da moradia. Pede que seja protocolado documento contendo as reivindicações relacionadas. O documento é recepcionado por **Rosa Miraldo**.

Marcos Doria afirma que o papel da SP Urbanismo é fazer o reequilíbrio das despesas e das receitas, além de tomar atitudes como essa, de consultar a CVM acerca do uso dos estoques represados na Lei 13.260/2001. Recorda que por ocasião da aprovação da lei colocaram uma trava no total do estoque da operação como um todo e ninguém esperava que o mercado comprasse tão rapidamente. Diz estar espantado com a posição de SVMA, que já trata desse processo há 6 meses. Não há estoque, mas é uma sorte ter compradores. Há uma pressão natural do mercado. É necessário fazer gestões junto ao novo Secretário de SVMA para que este assunto avance no âmbito daquela Secretaria, de modo a não desfigurar a operação urbana. Na situação atual, a prefeitura não pode emitir mais títulos e os CEPACs em circulação valorizaram brutalmente, pois são apenas 500.000m² disponíveis no Jabaquara para 135.000 CEPACs em circulação. É quase vestibular. A Operação Urbana Consorciada Água Espraiada é um sucesso de mercado, isto deve ser aproveitado. Estamos aqui para contribuir. Prefeitura reclama que dinheiro do PAC não vem, mas é preciso ter infraestrutura.

Marcos Doria termina sua fala solicitando ser chamado para discutir este assunto antes da próxima reunião, e aproveita para fazer um apelo pelas obras das Vias Locais do Brooklin.

Oswaldo Misso, Secretário Municipal de Infraestrutura Urbana volta às colocações efetuadas por **Eduardo Della Mana**, dizendo tratar-se de ponderações pertinentes, mas adverte que executar os coletores é fundamental. Informa que neste momento seriam necessários o aporte de cerca de R\$ 5 milhões, em razão do estágio atual das obras, sugerindo que o Grupo Gestor deliberasse, na sequência, sobre um cronograma de desembolso e ressarcimento.

Mario Reali afirma que ficou claro que ninguém é contra à formalização de um convênio com a SABESP, mas que há clara necessidade de ressarcimento dos valores envolvidos, e que isto deve estar claramente definido no convênio. Indaga, então, ao Grupo Gestor, se há consenso para autorizar a implantação dos coletores no córrego do Pinheirinho e no trecho da Água Espraiada e firmar o convênio em partes.

Cibele Sampaio entende que à partir da execução das obras no Jabaquara não há dúvida de que serão vendidos muitos CEPACs.

Mario Reali pergunta se há consenso sobre o assunto, a saber, liberação de aporte inicial de cerca de R\$ 5 milhões para instalação de coletor tronco junto ao córrego Água Espraiada e córrego Pinheirinho, com posterior ressarcimento de valores a ser indicado em convênio a ser firmado com a SABESP. Não houve manifestação em contrário dos membros do Grupo Gestor presentes. O restante do convênio será aprovado posteriormente, com a devida anuência do Grupo Gestor.

Respondendo à pergunta da Profª **Maria Lúcia Refinetti, Rosa Miraldo** esclarece que o valor das desapropriações são fixados judicialmente, na ação expropriatória, estando sujeitos à valorização de mercado, não sendo possível, portanto, fixá-los.

Marcos Doria volta à questão da valorização dos títulos, afirmando que os CEPACs valem ouro.

Mario Reali afirma ser necessário que o Grupo Gestor entenda a necessidade de aprovação de alteração na lei 13.260/01 de forma a não haver especulação quanto aos estoques.

Cibele Sampaio passa a destacar o problema da mudança de uso nas áreas lindeiras à Av. Jorn. Roberto Marinho, que, à partir da nova proposta da lei de zoneamento passaria a ser ZM (atualmente são ZER). Indaga como ficaria esta nova realidade em todos os setores, se poderiam ser construídos prédios com menor gabarito.

Marcos Doria refere-se à questão levantada por **Cibele Sampaio**, exemplificando o caso do Grupo Pão de Açúcar, que comprou CEPAC para realizar seu empreendimento, e, à partir das alterações na lei de Zoneamento, caso uma empresa como o Carrefour pretendesse se instalar na Av. Luis Carlos Berrini, não seria necessário adquirir os títulos. No seu entender, a outorga não pode ser vendida.

Eduardo Della Manna pondera que comprar gabarito é possível.

Marcos Doria afirma que uma nova zona ZEU a ser criada não deveria ser possível dentro da operação urbana.

Cibele Sampaio afirma que Gustavo Partezani havia mencionado a necessidade de compatibilização do projeto das estações do Monotrilho da Linha 17 à proposta que foi pelo

Metrô. Estamos solicitando que o Metrô apresente. Indaga acerca do material solicitado ao Metrô, bem como acerca do projeto das Vias Locais do Brooklin.

Mario Reali explica que a posição da CET é contrária a transformar a Av. Jorn. Roberto Marinho em via expressa. É necessário ter a exata localização das estações do Metrô para a devida compatibilização no projeto das Vias Locais do Brooklin com o objetivo de deixá-lo como diretriz.

Cibele Sampaio diz sentir-se constrangida de falar em toda reunião sobre as vias locais, que são a única forma de melhorar o trânsito naquele trecho. O dinheiro vai indo e nunca há recurso separado para as vias locais .

Carlos Cabral manifesta sua preocupação com as ocupações, indagando se há cadastro a respeito. Cita o caso do incêndio na Favela do Piolho onde, no primeiro momento, pagou-se a primeira parcela e na hora do cadastramento, descobriu-se que havia 23 famílias no mesmo local. Dia a dia aumentam as invasões. Afirma que não há terra para correr atrás, e que também não há equipe de apreensão. Pergunta o que é possível fazer para manter as áreas congeladas.

Rosa Miraldo explica que o cadastro das famílias que serão atingidas pelas obras de prolongamento da Av. Jorn. Roberto Marinho foi feito em 2008/ 2009. O Fórum de Liderança dos moradores de favelas da região tem sido nosso parceiro, também ajudando naquilo que é possível. No caso de novas ocupações, não há cadastro novo e nem atendimento com unidades habitacionais no âmbito da operação urbana.

Gilberto da Costa pede a palavra, apresenta-se como líder comunitário da comunidade Alba e passa a relatar ter recebido documento através de Oficial de Justiça informando a necessidade de desocupação de uma área em 30 dias. Pede para protocolar solicitação ao Grupo Gestor para ocupar terrenos próximos, destinados à construção de HIS, como alternativa à ordem de despejo.

Rosa Miraldo explica que essa solicitação deveria ser encaminhada através do representante dos Moradores de Favela no Grupo Gestor, que no caso é o presidente do Fórum de Lideranças, Sr. **João das Virgens**, presente. Do contrário, os membros indicados acabam prendendo a representatividade.

Erika Magri explica ao Grupo Gestor e a **Gilberto da Costa** que as notificações entregues pelos oficiais de justiça relacionadas com ações expropriatórias para execução das obras da Via Parque devem ser desconsideradas, pois as remoções apenas ocorrerão conforme o cronograma de obras e através da equipe da Secretaria da Habitação.

Ligia Lamberti, arquiteta da SP Obras que trabalha com as questões que envolvem as desapropriações necessárias para consecução das obras pondera que há que se diferenciar trechos de favela em terreno público e privado. Ratifica a fala de **Erika Magri** explicando que não estarem sendo cumpridas as imissão na posse, conforme acordo com o próprio Judiciário. Deve, portanto, ser desconsiderado, pois não está sendo cumprido.

Rosa Miraldo reitera a orientação de que quaisquer pedidos devem ser encaminhados através do representante dos moradores de favela no Grupo Gestor, que é o presidente do Fórum de Lideranças, ou do representante suplente. Ressalta também que a SEHAB tem contato permanente com o Fórum.

Jose Orlando pede a palavra, explica não ser representante do Grupo Gestor. Parabeniza **Mário Reali** pelo seu cargo recém assumido, afirmando que até então não havia um direcionamento, o que se vai fazer e onde serão gastos os recursos. Afirma que desde 21ª reunião tem falado do problema de caixa da operação urbana, e que o problema é o túnel. Na apresentação consta um *deficit* de 1,7 bi. Diz ter conseguido relatório da Caixa Econômica Federal - CEF até maio de 2013, onde é detalhado o que é gasto. Prossegue afirmando que até fevereiro de 2013 havia acesso a todos os documentos da operação urbana, mas que o site foi mudado, e não se tem mais acesso. O Grupo Gestor nunca deliberou sobre valores e dou os parabéns pois hoje deliberou. Prossegue enunciando os gastos conforme apontados no relatório da CEF. Afirma que a SP Obras contratou 4 gerenciadoras por 10 milhões de reais. Diz ser engenheiro e contesta os gastos. Retorna ao relatório da CEF e destaca que o mesmo detalha todas as despesas. Acerca dos projetos habitacionais na gestão da Superintendente de Habi Elisabete França, afirma que o consórcio Paulo Bastos recebeu 30 milhões, e pergunta ainda o que foi feito com o projeto executivo do túnel. Existe uma ação direta de inconstitucionalidade relacionada ao fato do percurso do túnel estar fora do perímetro da operação urbana e que isto é inconstitucional. Afirma possuir projeto da SP Obras contendo o alinhamento do córrego aprovado em outro alinhamento e disse que a SP Obras mudou o projeto. Pergunta se aquela empresa tem esse poder.

Gilberto da Costa solicita que **Erika Magri** ou **Ligia Lamberti** compareçam à sua comunidade para levar os informes sobre as questões judiciais à população.

Mário Reali comenta sobre colocações de **Jose Orlando** quanto às questões judiciais. Afirma que é objetivo da Administração que haja transparência, de modo que estão sendo providenciadas visando o aprimoramento das ações de informática, incluindo informação em tempo real de assuntos como vinculação de CEPACs e deixar mais transparentes os relatórios.

Marco Antonio Fialho mostra a **José Orlando** o link da SP URBANISMO onde estão disponíveis os relatórios da CEF, incluindo o último, relativo ao primeiro trimestre de 2015.

Carlos Cabral enfatiza a importância de uma parceria para preservação das áreas. Informa que existe um termo elaborado, dotado de base jurídica, para que se possa ter mais controle das áreas livres .

Representante da Subprefeitura do Jabaquara, **Valéria Canestri** responde que hoje há um grupo que discute essas questões mensalmente. Que há envolvimento da SP Obras, SEHAB, SP Urbanismo, e que ações diárias têm sido empreendidas.

Sem novas manifestações, **Mário Reali** dá a reunião por encerrada às 17:45h agradecendo a presença de todos.